

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL



PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)

TURVO

75 anos

Prefeito Municipal

Sandro Cirimbelli

Vice-Prefeito

Osvaldo Fávaro

Secretária Municipal de Saúde

Renata Pacheco Ribeiro

Secretário(a) Municipal de Obras e Infraestrutura

Adair Constante

Secretário(a) Municipal de Assistência Social

Elenita Scarabelot Pazini

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Leandro de Souza Ávila

2023

1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Data de Aprovação em CIR	22/09/2023	Versão Preliminar - v.1.1	Leandro de Souza Ávila Leila Fascin
Revisão 1			
Revisão 2			
Revisão 3			

2. Compartilhamento do PPR-ESP

Local	Responsável	Contato
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social	Elenita Scarabelot Pasini	48-991081144
Defesa Civil	Gustavo Simon	48-996172046
Secretária de Saúde	Renata Pacheco Ribeiro	48-999187360
Coordenação das Unidades Básicas de Saúde	Yasmin Miranda	48-999932204
Vigilância Epidemiológica	Adriana Rovaris	48-999950335
Vigilância Sanitária	Leandro de Souza Ávila Leila Fascin	51-991691419 48-996944110
Assistência Social	Katia Biz	48-999170002

3.Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretária Municipal de Saúde	Renata Pacheco Ribeiro	saude@turvo.sc.gov.br	(48) 999187360
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitaria)	Leandro de Souza Ávila	vigilancia-sanitaria_turvo@hotmail.com	(51) 991691419

4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes:
I. Gustavo Simon
II.Leandro de Souza Ávila
III. Leila Fascin
Revisores:
I. Renata Pacheco Ribeiro

Lista de Abreviaturas

AB - Atenção Básica

ACS - Agentes Comunitários de Saúde

AF - Assistência Farmacêutica

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CCZ - Centro de Controle de Zoonoses

CGVAM - Coordenação Geral e Vigilância em Saúde Ambiental

CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

CGSH/DAE/SAS/MS - Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do

Departamento de Atenção Especializada da Subsecretaria de Atenção à Saúde do
Ministério da Saúde

CIEVS - Centro de Informações Estratégicas de Vigilância e Resposta em Saúde

CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

CRID - Centro Regional de Información sobre Desastres

ESF - Estratégia Saúde da Família

FIDE - Formulário de Informações de Desastres

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IMRAS - Informação e Monitoramento de Serviços e Redes de Atenção à Saúde

MS - Ministério da Saúde

MSF - Médicos sem Fronteiras

NUDEC - Núcleos Comunitários de Defesa Civil

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PPR - Plano de Preparação e Resposta

PNPDEC - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

P2R2 - Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências

Ambientais com Produtos Químicos Perigosos

RAC - Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas

RAPS - Rede de Atenção Psicossocial

SAA - Sistema de Abastecimento de Água

S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres

SIH-SUS - Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde

SES - Secretaria Estadual de Saúde

SIS - Sistemas de Informação em Saúde

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

VE - Vigilância Epidemiológica

Vigiagua - Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano

VMP - Valor Médio Permitido

VISA - Vigilância Sanitária

VSA - Vigilância em Saúde Ambiental

VISAT - Vigilância em Saúde do Trabalhador

Sumário

1. Apresentação

1.1 Objetivo Geral

1.2 Objetivos Específicos

2. Marco legal e normativo

3. Caracterização do Município

3.1 Aspectos Socioeconômicos

3.2 Distribuição Etária da População

3.3 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

3.4 Atividades Econômicas

3.5 Características físicas

3.5.1 Clima

3.5.2 Pluviometria

3.5.3 Pedologia

3.6 Hidrografia

3.7 Saúde

3.8 Assistência Social

3.9 Segurança

4.0 Obras

5. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

6. Gestão de Risco em Desastres

6.1 Redução de riscos

6.2 Resposta

6.3 Recuperação

7. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

7.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

7.2 Sala de situação

8. Informações à população

9. Capacitações

10. Anexos

11. Referências

Apresentação

O Plano de Resposta às Emergências em Saúde Pública - PPR-ESP para processos geológicos, hidrológicos, climatológicos, meteorológicos e biológicos do município de Turvo-SC, é um plano elaborado para orientar as ações de preparação e resposta a um determinado cenário de risco em desastres, caso o evento adverso venha a se concretizar. Ele define as ações a serem desenvolvidas pela vigilância em saúde, para atender as emergências e as responsabilidades que compete a cada membro.

O PPR-ESP será aplicado tanto no perímetro urbano quanto no perímetro rural do município de Turvo-SC, visando contribuir com as políticas públicas de saúde baseadas nos princípios do Sistema Único de Saúde - SUS, voltadas à prevenção e resposta a desastres e a atuação da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

O plano também contém informações sobre as características da área e sistemas envolvidos. Seu intuito principal é capacitar, treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações pertinentes, necessárias às respostas de controle e situações anormais. Orienta a implementar os procedimentos administrativos, logísticos e operacionais que possibilitem minimizar o sofrimento das pessoas atingidas em razão dos desastres na cidade de Turvo. Elaborado previamente, ele agiliza as atividades de preparação, mitiga os erros e otimiza as atividades de resposta.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), estabelecida por meio da Lei 12.608 de abril de 2012, prevê que as ações de proteção e defesa civil sejam organizadas pelas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Assim, para cada uma delas há responsabilidades específicas, ao mesmo tempo em que se considera que façam parte de uma gestão sistêmica e contínua. O conjunto dessas ações é um processo contínuo, integrado, permanente e interdependente.

1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

Estruturar as ações da gestão municipal de resposta às emergências em saúde pública e de seus desdobramentos, no nível interinstitucional, considerando a área de atuação do SUS.

1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos do PPR-ESP do município de Turvo são:

- 1- Planejar os procedimentos a serem adotados pela Secretaria Municipal da Saúde de forma coordenada com os outros órgãos da gestão municipal, em monitoramento, alerta, alarme e resposta a emergências e desastres naturais e antropogênicos;
- 2- Priorizar os programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações voltados aos desastres na saúde pública;
- 3- Elaborar cenários de crescimento para auxiliar no planejamento estratégico das ações a serem executadas nos setores que compõem a secretaria municipal de saúde de Araranguá;
- 4- Definir Programas, Projetos, Ações e Propostas de Intervenção;
- 5- Estabelecer instrumentos de avaliação e monitoramento das ações voltados à preparação e respostas a emergências em saúde pública;
- 6- Planejar os procedimentos a serem adotados pela Secretaria Municipal da Saúde de forma coordenada com os outros órgãos da gestão municipal, em monitoramento, alerta, alarme e resposta a emergências e desastres naturais e antropogênicos;
- 7- Desenvolver estratégias de monitoramento dos rumores e das evidências de desastres biológicos naturais e antropogênicos;
- 8- Promover a capacitação para o enfrentamento de desastres biológicos naturais e antropogênicos;
- 9- Promover ações de recuperação da população e das áreas atingidas por desastres biológicos naturais e antropogênicos;
- 10- Estabelecer a forma de interação com os meios de comunicação e a mídia em geral durante uma emergência em saúde pública;
- 11- Estabelecer a utilização de protocolos e procedimentos comuns para a resposta a emergências em saúde pública.

2. Marco legal e normativo

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa sobre o marco legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- **Lei nº 8.080 do SUS (1990):** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- **Portaria nº 1.172 (2004):** Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- **Lei nº 12.187 (2009):** Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- **Portaria nº 4.279 (2010):** Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- **Decreto nº 7.257(2010):** Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.
- **Decreto nº 7.616 (2011):** “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.
- **Portaria nº 2.952 (2011):** Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- **Decreto nº 7.535 (2011):** Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- **Portaria GM/MS nº 888 (2021):** Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- **Lei nº 12.608 (2012):** Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

- **Decreto nº 7.508 (2011):** Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- **Portaria nº 1.378 (2013):** Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- **Portaria nº 2.436 (2017):** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- **Resolução nº 588 (2018):** Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
- **Portaria nº 188 (2020):** “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.
- **Decreto nº 10.212 (2020):** “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.
- **Portaria SES nº 614 (2021):** visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”
- **Portaria SES nº 615 (2021):** visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.
- **Portaria Nº 260 (2022):** Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- **A Portaria GM/MS Nº 874 (2021):** Dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- **A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC:** Estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres
- **Portaria GM/MS Nº 4.085 (2022):** Altera o Anexo XXVII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Rede de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde - Rede VIGIAR-SUS.

- **Portaria GM/MS Nº 4.185 (2022):** Institui o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres - Vigidesastres, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
- **PORTARIA nº 814 (2022):** Dispõe sobre a normatização da distribuição do Hipoclorito de Sódio 2,5% à população do Estado de Santa Catarina em situação de risco, onde não há acesso à rede pública de distribuição de água tratada, com objetivo de desinfecção e prevenção às doenças de transmissão hídrica entérica.
- **Nota Técnica N.º 004/2021 - DIVS/SUV/SES/SC:** Orienta sobre o controle relacionado aos Veículos Transportadores de Água para Consumo Humano (Carros Pipas) no Estado de Santa Catarina.
- **Nota Técnica Conjunta DIVS e Defesa Civil N.º 002/2022:** Dispõe sobre a regulamentação do uso de Kit para Transporte de Água fornecido pela Defesa Civil do Estado de Santa Catarina para os municípios em enfrentamento da estiagem.
- **Portaria GM/MS Nº4.085(2022),** que altera o ANExo XXVII da Portaria de Consolidação GM/MS nº3, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Rede de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde – Rede VIGIAR-SUS.
- **Portaria GM/MS Nº4185(2022),** que institui o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres – Vigidesastres, no âmbito do Sistema único de Saúde – SUS.
- **Portaria nº814(2022),** dispõe sobre a normatização da distribuição do hipoclorito de sódio 2,5% à população do Estado de Santa Catarina em situação de risco, onde não há acesso à rede publica de distribuição de água tratada, com objetivo de desinfecção e prevenção às doeças de transmissão hídrica entérica.
- **Nota Técnica Nº004/2021 – DIVS/SUS/SES/SC,** orienta sobre o controle relacionado aos Veículos Transportadores de Água para Consumo Humano (Carros Pipas) no Estado de Santa Catarina.

3. Caracterização do Município

O município de Turvo está localizado na microrregião de Araranguá, no Extremo Sul do Estado de Santa Catarina, o município possui uma área de 235,5 km² e uma população de 12.990 habitantes, representando uma densidade demográfica de 55,16 hab/km² (IBGE, 2020).

Turvo está a uma média de 30 metros de altitude com relação ao nível do mar, e faz divisa com os municípios de Timbé do Sul, Meleiro, Araranguá, Ermo e Jacinto Machado.

- Microrregião: Microrregião do Extremo Sul Catarinense
- Densidade Demográfica 50,33hab/km²
- Área da unidade territorial: 235,104km²
- Área urbana: 6,39 km²
- Data de criação: 30/12/1948
- Data de instalação: 29/03/1949
- Data comemoração: 20/03
- Lei de criação: Lei estadual nº 247, de 30-12-1948
- Altitude: 28m acima do nível do mar.
- Latitude Sul: 28° 55' 41"
- Longitude Oeste: 49° 40' 55"
- População: População: 13.080 habitantes (fonte estimativa 2023: IBGE / ano 2021)
- PIB per capita: 49.618,15

3.1 Aspectos Socioeconômicos

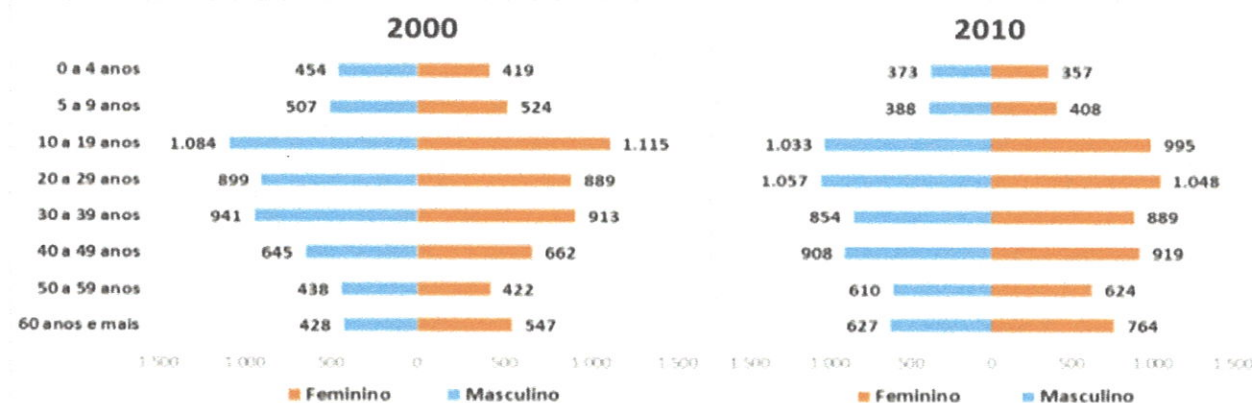
Gentílico	Turvense
Área Territorial	235,104 km ²
População Estimada	13.080 pessoas
Densidade Demográfica	50,33hab/km ²
População Exposta ao Risco	828 pessoas
População Urbana	11.854 pessoas
IDHM - índice de desenvolvimento humano municipal	0,740
Mortalidade Infantil x 1000 habitantes	12,27 óbitos
Receitas Realizadas	43.294,02 x R\$1000
PIB per capita	R\$ 49.618,15
Esgotamento Sanitário Adequado	90,3%

Fonte: IBGE (2023).

3.2 Distribuição etária da população

A pirâmide etária segue a tendência nacional e estadual, apontando para o envelhecimento da população local. O número de habitantes com 60 anos ou mais cresceu 42,7% entre 2000 e 2010, já a população até 4 anos caiu 16,4%.

Gráfico 1 - Pirâmide etária



Fonte: IBGE

3.3 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O município de Turvo apresenta o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,740 (2010).

3.4 Atividades Econômicas

O ponto forte da economia de Turvo é a agricultura, que está centralizada na produção de grãos. O município é reconhecido como a Capital Brasileira da Mecanização Agrícola, e o terceiro maior produtor de arroz de Santa Catarina. Os principais produtos agrícolas cultivados são arroz, milho, fumo, feijão e banana. Porém a cidade também possui indústrias em diferentes segmentos, como: Metalúrgicas, Fábrica de jeans e lavanderias.

3.4.1 Pecuária

A pecuária está presente com elevado contingente de animais entre bovinos, suínos, equinos, caprinos e aves. As pastagens representam cerca de 20% dos imóveis rurais, e predominam pastagens nativas.

3.4.2 Piscicultura

Também encontra-se no município açudes com criação de peixes (tilápia e carpas), com o desenvolvimento de um projeto de tanques modelos. A rizipiscicultura que é a criação de peixes dentro das canchas de arroz com objetivo de se utilizar o esterco dos peixes como adubo para o arroz também se faz presente.

3.5 Características físicas

3.5.1 Clima

O clima do município de Turvo é Mesotérmico úmido, com verão quente e temperatura média de 19,2°C. Em Turvo, o clima é quente e temperado. Existe uma

pluviosidade significativa ao longo do ano. Mesmo o mês mais seco, ainda assim tem muita pluviosidade. O clima é classificado com Cfa segundo a Köppen e Geiger. A temperatura média é 19,3°C, com pluviosidade média anual de 2098mm.

Turvo está situada no Hemisfério Sul, onde no município os dias bálsimos do verão começam no final de janeiro e terminam em Dezembro. Este período engloba os meses: Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março.

3.5.2 Pluviometria

Os dados apresentados representam o comportamento da chuva e da temperatura ao longo do ano. As médias climatológicas são valores calculados a partir de um série de dados de 30 anos observados. É possível identificar as épocas mais chuvosas/secas e quentes/frias do município de Turvo.

Figura X - Climatologia e histórico de previsão do tempo em Turvo, SC.

Gráfico 1 - Médias das temperaturas mensais, dados entre 1993-2023 (normais climatológicas), para o município de Turvo/SC..

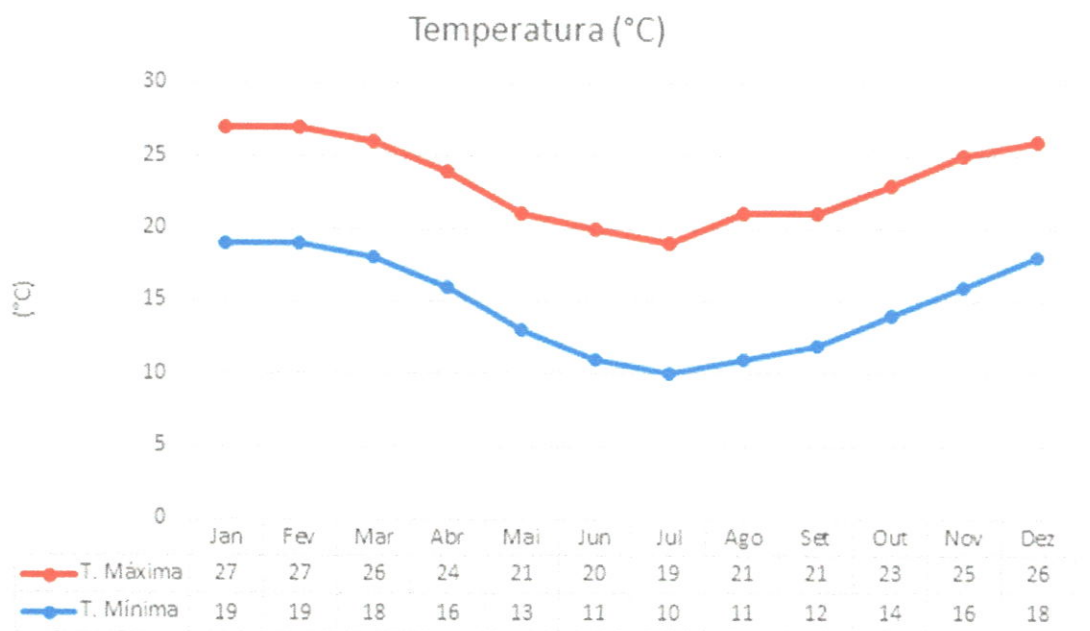
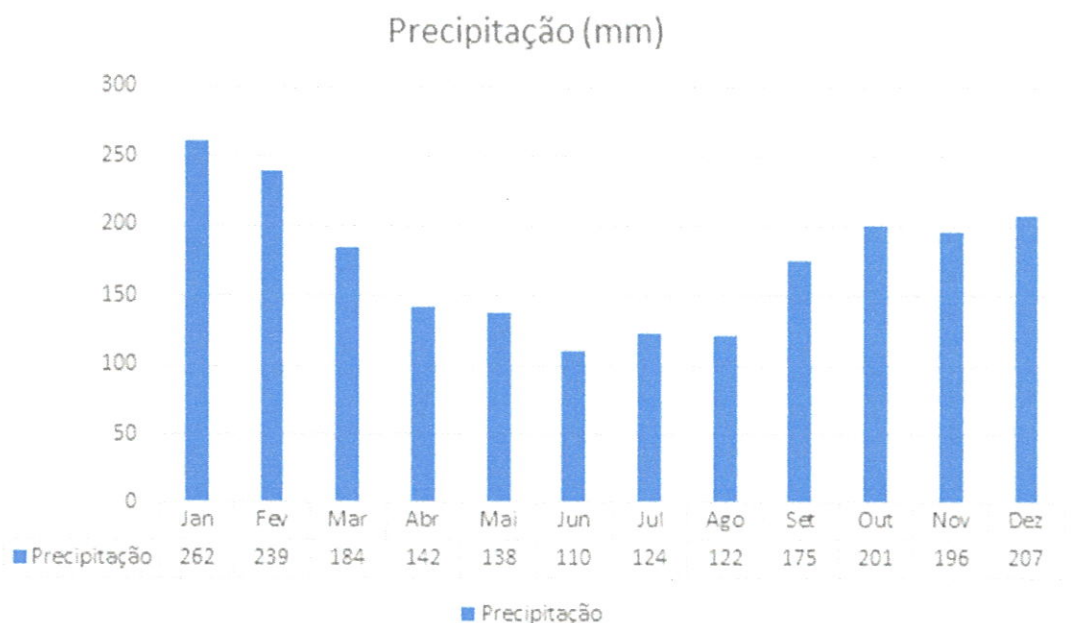


Gráfico 2 - Precipitação média mensal, dados entre 1993-2023 (normais climatológicas), para o município de Turvo/SC.



Fonte: Adaptado de ClimaTempo (2023).

3.5.3 Pedologia e aspectos geomofológicos

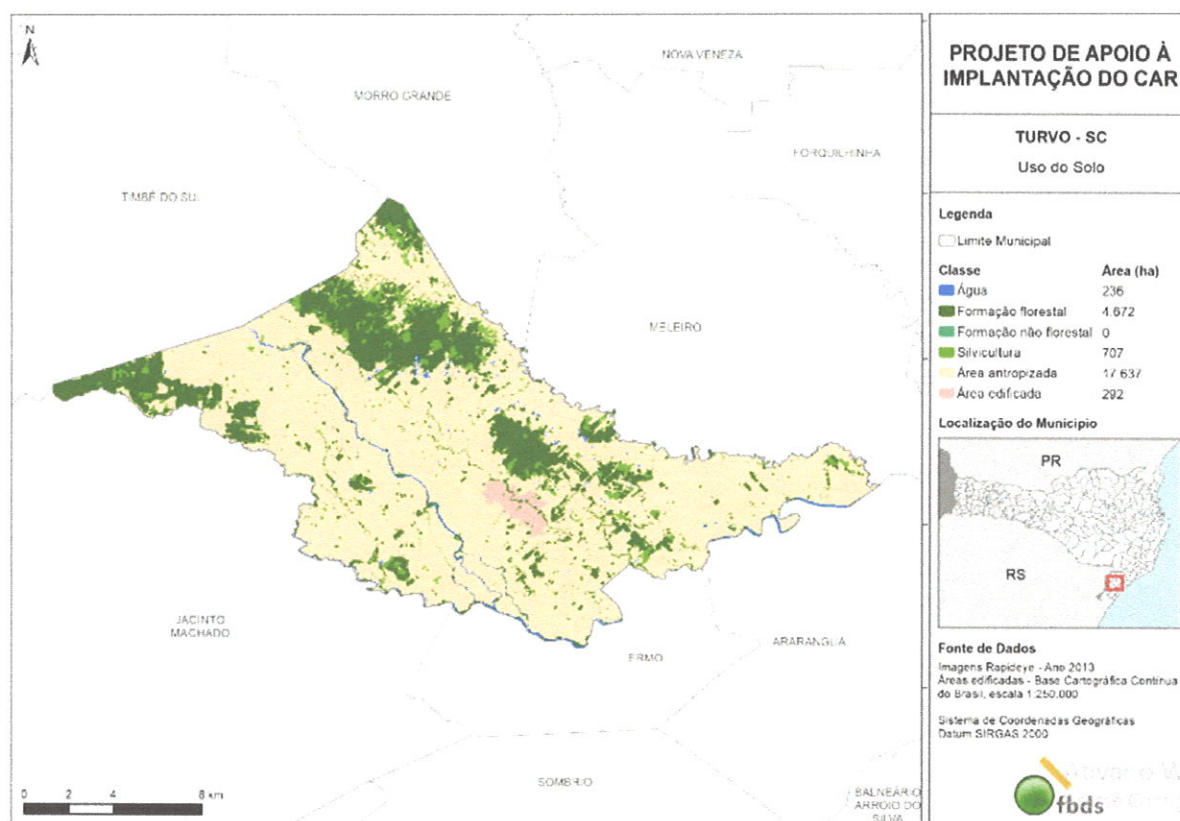
No município de Turvo ocorrem 2 formações de solo distintas, Cambissolo Háplico e Nitossolo Vermelho, conforme levantamento descrito pela Embrapa (SOLOS, 2004).

Os Cambissolos são poucos profundos, muitas vezes cascalhentos e pouco desenvolvidos, com horizonte B incipiente. Ocorrem solos que apresentam boa fertilidade, devido à proximidade da rocha-fonte geradora. Os minerais ferromagnesianos, ao sofrerem alterações químicas, liberam elementos essenciais para o desenvolvimento de vários tipos de culturas agrícolas.

A formação Cambissolo Háplico é caracterizada por não apresentar horizonte superficial A húmico. São solos de fertilidade variável, apresentam como principais limitações para uso, a pequena profundidade e a ocorrência de pedras na massa do solo.

Os riscos identificados são de enchentes e inundações, os mesmos foram descritos no quadro a seguir com sua tipologia, localização e área de risco.

Ademais, a seguir, apresenta-se o mapa de uso do solo do município de Turvo.



Fonte: https://geo.fbds.org.br/SC/TURVO/MAPAS/SC_4218806_USO_DO_SOLO.jpg

CENÁRIOS DE RISCOS

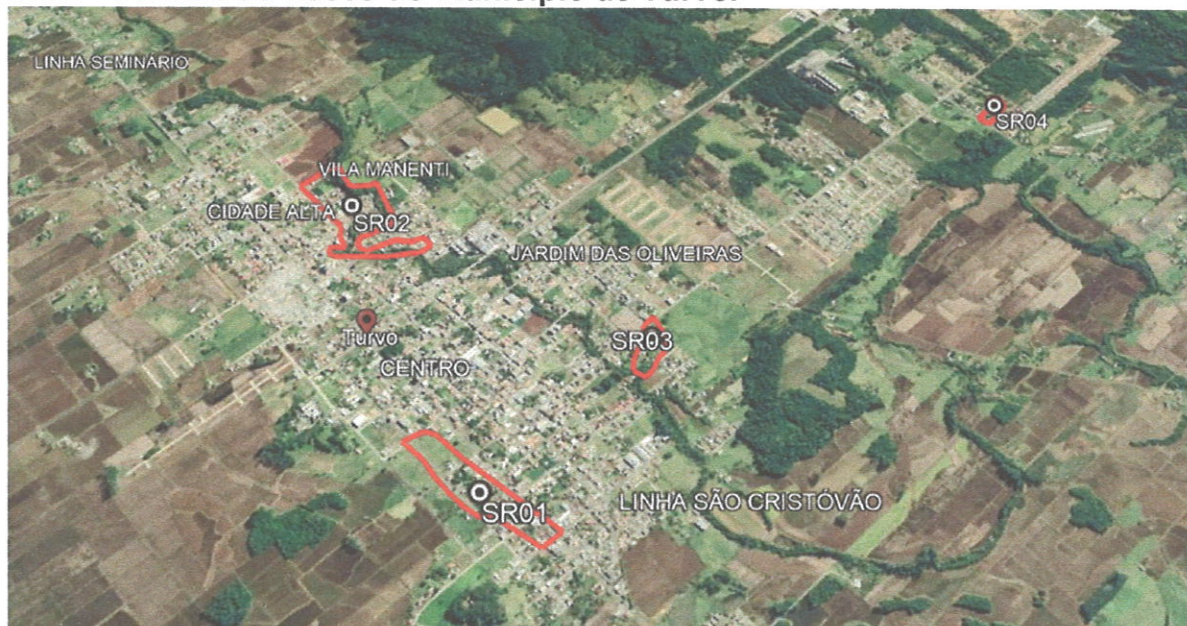
Situações de Risco com Classificação por Áreas

Tabela 1 - Síntese dos setores de riscos

BAIRRO ou DISTRITO	RUA ou Avenida	ÁREA	TIPOLOGIA
Morro chato	Rodovia Municipal SJS 150	01	Enchentes e Inundação
Centro e São Cristóvão	Rua Jorge Lacerda e avenida municipal	01	Enchentes e Inundação
Cidade Alta e Vila Manenti	Rua Raul Manfredini	02	Enchentes e Inundação
Imigrantes	Rua Usílio Tonetto	03	Enchentes e Inundação
São Luiz	Rodovia José Roberto Trichês	04	Enchentes e Inundação

3.6.2 Áreas de riscos

Tabela 2 - Setores de riscos do município de Turvo.



Fonte: Google Earth Pro (2023).

As áreas de riscos foram classificadas representadas por numeração em ordem crescente.

Área 01:

Nesta área há uma sanga, aberta em alguns pontos e canalizada em outros, na qual deságua no Rio Turvo. A mesma possui histórico de extravasamento quando a precipitação pluviométrica é acentuada. Os eventos de inundação ocorrem anualmente, e, dependendo do nível do evento, o número de moradias pode aumentar. As moradias são principalmente de alvenaria, com vulnerabilidade baixa, e as vias atingidas são pavimentadas.



Área 2:

Este setor apresenta alta densidade habitacional, e situa-se em planície aluvionar do Rio Turvo, estando sujeito a inundações. Os eventos recorrem a cada 2 anos, principalmente no verão, sendo que a maior foi registrada em 2009, atingindo a creche e escola do Bairro Vila Manenti. As moradias são de alvenaria, madeira ou mista com vulnerabilidade média a baixa, e as vias são pavimentadas.



Área 3:

Este setor situa-se próximo a uma sanga que deságua no Rio Turvo. Parte desta sanga encontra-se canalizada, parte não. Os eventos de inundação ocorrem a cada 3 anos, dependendo do nível do evento o número de moradias atingidas pode aumentar. As moradias são de alvenaria e madeira, com vulnerabilidade média. Há presença de algumas fábricas também e as vias são pavimentadas.



Área 4:

Neste setor há um córrego que atravessa uma via pavimentada e irá desaguar no Rio Turvo. Os eventos de inundações atingem moradias de alvenaria e madeira, com vulnerabilidade média, sendo as vias atingidas pavimentadas.



RISCOS OCORRIDOS

Nome do risco: Enchentes e inundações.

Local: Setor de Risco 01

Descrição: Locais com atividade agrícola, bastante área permeável, com residências e indústrias. A área encontra-se próxima a uma sanga.

Fatores contribuintes: Falta de dimensionamento do canal de drenagem da sanga e drenagens das ruas.

Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta: A velocidade de cheia não é tão elevada, é possível monitorar e atentar-se sempre que há previsão de chuvas intensas.

Resultados estimados: Depois das inundações o prejuízo maior será de bens materiais.

Componentes críticos: Canal de drenagem mal dimensionado e assoreado.

Quantidade de casas em risco: aprox.45

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 180

Sugestões de Intervenções:

- Implantação de Sistema eficiente de drenagem pluvial;
- Realização de manutenção do canal de drenagem.

Nome do risco: Enchentes e inundações.

Local: Setor de Risco 02

Descrição: Local urbanizado, com bastante residências, localizado às margens do Rio Turvo em toda sua extensão.

Fatores contribuintes: Assoreamento do rio.

Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta: A velocidade de cheia não é tão elevada, é possível monitorar e atentar-se sempre que há previsão de chuvas intensas.

Sugestões de medidas: Evacuação preventiva em caso de inundação; Implantação de sistema de alerta para evacuação durante eventos de inundação; Determinação das cotas de inundação e adoção de medidas de controle de ocupação.

Resultados estimados: Depois das inundações o prejuízo maior será de bens materiais.

Componentes críticos: Curso d'água assoreado.

Quantidade de casas em risco: aprox. 120

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 480

Sugestões de Intervenções:

- Implantação de Sistema eficiente de drenagem pluvial;
- Realização de manutenção do canal de drenagem.

Nome do risco: Enchentes e inundações.

Local: Setor de Risco 03

Descrição: Local com bastante área permeável, com poucas residências, estando próximas de uma sanga.

Fatores contribuintes: Falta de dimensionamento do canal de drenagem da sanga e assoreamento.

Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta: A velocidade de cheia não é tão elevada, é possível monitorar e atentar-se sempre que há previsão de chuvas intensas.

Resultados estimados: Depois das inundações o prejuízo maior será de bens materiais.

Componentes críticos: Canal de drenagem mal dimensionado e assoreado.

Quantidade de casas em risco: aprox. 10

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 40

Sugestões de Intervenções:

- Implantação de Sistema eficiente de drenagem pluvial;
- Realização de manutenção do canal de drenagem.

Nome do risco: Enchentes e inundações.

Local: Setor de Risco 04

Descrição: Local com bastante área permeável, com poucas residências, estando próximas de uma sanga.

Fatores contribuintes: Falta de dimensionamento do canal de drenagem da sanga e assoreamento.

Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta: A velocidade de cheia não é tão elevada, é possível monitorar e atentar-se sempre que há previsão de chuvas intensas.

Resultados estimados: Depois das inundações o prejuízo maior será de bens materiais.

Componentes críticos: Canal de drenagem mal dimensionado e assoreado.

Quantidade de casas em risco: aprox. 8

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 32

Sugestões de Intervenções:

- Implantação de Sistema eficiente de drenagem pluvial;

Realização de manutenção do canal de drenagem.

3.6 Hidrografia

Turvo, sendo uma terra de planície (80%), localizada a 20 quilômetros da escarpa da Serra Geral e com um clima úmido, é natural que seja rasgado por diversos cursos pluviais que fazem do município um verdadeiro paraíso de rios. O território municipal pertence a bacia hidrográfica do Rio Araranguá.

O regime dos rios turvenses é fluvial, pois as suas cheias dependem das chuvas. Entre os rios que atravessam Turvo, destacamos:

Rio Amola Faca: É o principal rio de Turvo, tem sua cabeceira na Serra Geral e desemboca no rio Itoupava. Corta o município no sentido leste ao oeste. Formou, devido as cheias, nas margens, um solo fértil denominado "várzea". Suas águas são utilizadas para a irrigação do arroz. Também é extraído dele a água que a CASAN utiliza para abastecer a cidade. O seixo do leito é aproveitado para revestir as estradas e como material de concreto nas construções das casas, pontes e tubos.

Rio Turvo: É um rio de pequena extensão e por isso de pequeno volume de água. Nasce no próprio município. Passa pela cidade de Turvo, e devido às águas toldadas, deu origem ao nome Turvo. Corta o município no sentido leste/oeste. Desemboca no rio Itoupava. Tem águas poluídas pelos esgotos da cidade, das fábricas e pelo uso indiscriminado dos agrotóxicos.

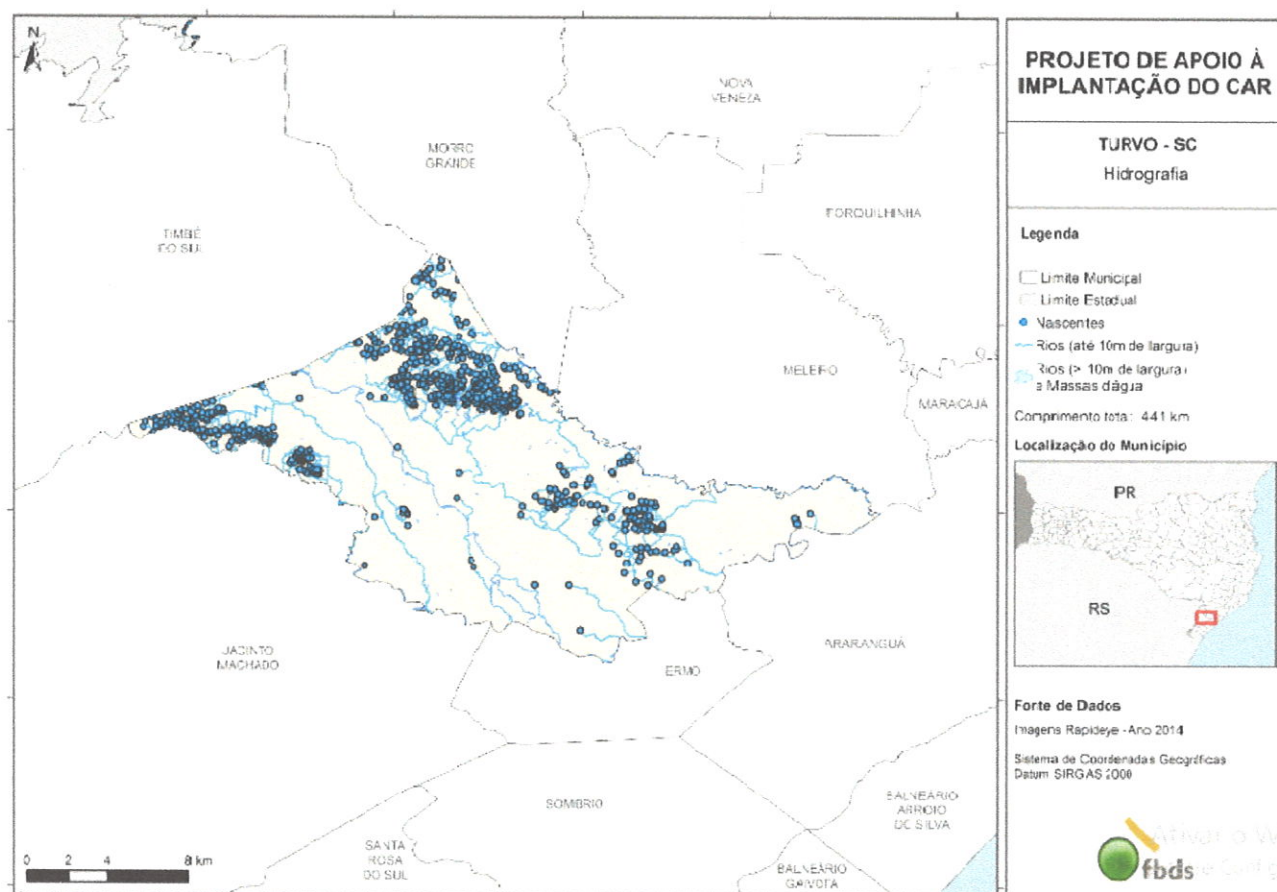
Rio Itoupava: É o rio de maior volume de água de Turvo. Formaram-se nas suas margens, férteis solos aluviais. Lança suas águas no Rio Araranguá.

Rio Pinheirinho: É um rio de razoável volume de água. Divide numa longa extensão os municípios de Turvo de Jacinto Machado.

Rio Jundiá: É um rio de águas não-transparentes. Tem razoável volume de água. É um fator natural de divisão dos municípios de Turvo de Meleiro.

Rio menores: Entre os rios de menor expressão, pode-se citar: Rio do Salto e Rio Trabuco.

Ademais, a seguir, apresenta-se o mapa de hidrografia do município de Turvo.



3.7 Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde é o órgão responsável pelo planejamento e gestão pública da saúde. O desenvolvimento de políticas sociais, ambientais e econômicas visando a redução do risco de doença e outros agravos, em obediência à legislação vigente e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS.

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	ENDEREÇO	TELEFONE (48)
Posto de Saúde Central	Rua Marcos Rovaris – S/N - Centro	35250793
Unidade de Saúde Morro Chato	Rua quintino Bortod – Morro Chato	35259472

ESF São Luiz	Rua 309 – Bairro São Luiz	992110165
ESF Cidade Alta	Rua Rui Barbosa – S/N – Bairro Cidade Alta	992110286
ESF Linha Contessi	Estrada Geral – Linha Contessi	992110338
ESF Centro	Rua Marcos Rovaris – S/N - Centro	992110159

São os serviços da Secretaria municipal de saúde que o SUS oferece para o atendimento da integralidade da assistência à saúde, que envolve a Atenção Básica, Urgência e Emergência, Atenção Psicossocial, Assistência Farmacêutica, Rede de laboratórios e derivados.

3.8 Assistência Social

A Secretaria de Assistência Social e Habitação coordena, acompanha e desenvolve programas federais propostos pela assistência social, como por exemplo: o Cadastro Único, o CRAS, o CREAS, bem como os projetos e programas habitacionais tanto federais como estaduais.

SECRETÁRIO(a) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Elenita Scarabelot Pazini

Endereço: Rua Jorge Lacerda 1367, Turvo

Telefone: (48) 991081144

3.9 Segurança Pública

Entidade	Contato
Corpo de Bombeiros	193
Polícia Militar	190
Central de Polícia Civil	(48) 3525-0173

4.0 Obras

Compete à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos: fiscalizar e executar as obras municipais, conservar as estradas, vias e logradouros públicos, assim como, conceder e fiscalizar os serviços de utilidade pública.

SECRETÁRIO DE OBRAS: Adair Constante

Endereço: Rua Nereu Ramos, Centro - Turvo

Telefone: (48) 35258100

Listar os equipamentos e máquinas no Anexo I.

5 - Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos no Município de Turvo.

5.1. Registros obtidos dos Desastres Hidrológicos, Biológicos, Meteorológico e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos (PowerBi do VIGIDESASTRES NACIONAL).

Registro	UF	Município	Desastre	Tipo
2017	SC	Turvo	Alagamentos	Hidrológico
2020	SC	Turvo	Doenças infecciosas virais	Biológico
2021	SC	Turvo	Doenças infecciosas virais	Biológico
2023	SC	Turvo	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas	Meteorológico
2020	SC	Turvo	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	Meteorológico
2022	SC	Turvo	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	Meteorológico

Mês/Ano	Classificação de Desastres (COBRADE)	Breve Relato
06/2017	12300	Alagamentos devido a chuvas repentinas, afetando principalmente a comunidade de Poço da Lontra.
03/2020	15110	Doenças Virais - Surgimento da pandemia de Covid-19.
07/2020	13215	Na madrugada dos dias 30/06 e 01/07 o município de Turvo foi fortemente atingido por ventos com 100 km/hr aproximadamente, causados pelo avanço da frente fria e o ciclone formado no Estado. Somos um município economicamente agrícola, com

		70% de nossa economia advinda da agricultura, porém, com um comércio forte. Na área urbana, tivemos 28 residências (98 pessoas), parcialmente destelhadas. Ainda na área urbana, um ginásio foi parcialmente destruído. Sendo assim, 1.269 pessoas aproximadamente foram afetadas por este evento climático assustador. Sendo 69 pessoas que tiveram suas casas atingidas e 1.200 alunos que ficaram sem estabelecimento para as atividades esportivas.
04/2021	15110	Doenças Virais - Todo o território do município de Turvo – Surto de Covid-19.
03/2022	13215	Evento ocorrido na noite do dia 06/03/2022, com fortes ventos, podendo ter chegado a 100km/h. Houve destelhamento de residências e galpões e queda de postes e algumas árvores.
01/2023	13214	As fortes chuvas ocorridas no dia 29 de janeiro de 2023, resultaram no saturamento do solo. O encharcamento não permitiu a infiltração, e devido ao grande volume de água os canais de drenagem não suportaram, e com o efeito gerou maior fluxo de águas na superfície do solo, que carregaram para as áreas mais baixas dos cursos d'água (rios, sangas, valos, drenos e canais de drenagem), que vem sofrendo assoreamento a cada evento climático associado a chuvas intensas.
02/2023	13214	Tempestade Local com alagamentos O evento teve início no dia 20/02/2023, com início as 18:00 e término as 22:00, com intensas chuvas. Bairros atingidos devido às chuvas intensas foram: Centro, Cidade Alta, São Cristóvão, São Luiz, São Bras, Itoupava, Poço da Lontra, Linha Maragno, Linha Contessi São Felipe e São Peregrino.

Fonte: Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2i2).

6.0 – Gestão de Risco em Desastres

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, **no âmbito da Vigilância em Saúde e Ambiente**, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 2023, o Programa Vigidesastres foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é o Leandro de Souza Ávila, alocado na Vigilância Sanitária.

6.1 Caracterização das Etapas da Gestão de Risco em Enchentes e inundações, e Delineamento de ações.

Etapas	Fase	Ações do setor de Saúde	Responsabilidade
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	-Cooperar com a equipe do PPR-ESP, visando à escolha e o treinamento dos responsáveis e colaboradores dos diversos setores e o estabelecimento de normas e diretrizes quanto à (aos): -Organização, disciplina e segurança das instalações e dos trabalhos; -Procedimentos nas diversas situações de calamidade. - Execução dos treinamentos.	Defesa Civil
	Mitigação	- Ativar o abrigo municipal, mediante Defesa Civil. - Convocar os responsáveis do	Prefeito Municipal

Etapa	Fase	Ações do setor de Saúde	Responsabilidade
		Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil e Conselho Municipal de Saúde; - Contatar se for o caso, o responsável pelas instalações do abrigo municipal, visando à sua utilização; - Segurança das instalações e dos trabalhos, contando com integrantes, Polícia Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros; - Relacionar os desabrigados da área de abrangência do seu abrigo. - Comunicações, estabelecendo os postos de radioamadores, caso necessário; - Realizar o levantamento do número de desabrigados que foram atendidos e os que ainda permanecem ocupando o abrigo; - Salvamentos realizados pelo Corpo de Bombeiros e Defesa Civil;	Secretária de Saúde e Prefeito Defesa Civil Comando de Polícia Civil, Militar e Bombeiros Responsável Assistência Social Comando de Polícia Militar Assistência Social Defesa Civil

Etapa	Fase	Ações do setor de Saúde	Responsabilidade
	Preparação	Participar dos treinamentos, assessorando o coordenador do abrigo, conhecendo sua missão e os demais integrantes da equipe de coordenação.	Defesa Civil
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	O alerta será determinado pela Coordenadoria Municipal de proteção Defesa Civil e atualizado de acordo com as informações atualizadas do sistema de monitoramento e a evolução do desastre e será divulgado através dos veículos de comunicação: rádios locais, telefones e quando possível avisado in loco, através da Prefeitura Municipal, Polícia, Bombeiros, Secretaria de Obras e Secretaria de Saúde. O alarme de desastre iminente, o Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, acionará o dispositivo de resposta imediata, evoluindo para uma situação de início na ordenação das operações, onde as equipes poderão de imediato se deslocarem para as áreas de risco e iniciar o procedimento de evacuação.	Defesa Civil

Etapa	Fase	Ações do setor de Saúde	Responsabilidade
	Resposta	-Socorro: salvamento, atendimento pré-hospitalar, evacuação; -Na assistência às vítimas: abrigo, doações, assistência médica, -Atendimento ambulatorial e hospitalar, etc; -Reabilitação de cenários: desobstrução das vias, restabelecimento da energia elétrica, fornecimento de água potável, etc. - O suporte às operações de resposta será realizado primeiramente pelos próprios Órgãos envolvidos, passando a ser realizado de forma integrada nas questões relativas a socorro, assistência às vítimas e reabilitação de cenários, utilizando recursos físicos e mecânicos das secretarias municipais, corpo de bombeiros, polícia militar, polícia civil e SAMU;	Secretaria de Saúde Assistência Social Secretaria de Saúde Secretaria de Obras, CERSUL, CASAN Secretaria de Saúde, Comando do Corpo de Bombeiros

Etapa	Fase	Ações do setor de Saúde	Responsabilidade
		- Os procedimentos administrativos e legais decorrentes da situação de anormalidade serão de responsabilidade do Prefeito, que contará com o apoio do Coordenador de Proteção e Defesa Civil; - A coordenação da resposta na fase do desastre será realizada pela Defesa Civil;	Prefeito e Defesa Civil Municipal Defesa Civil
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	-Reabilitação de cenários: desobstrução das vias, restabelecimento da energia elétrica, fornecimento de água potável, segurança alimentar, abrigos e serviços clínicos básicos,etc.	Secretaria de Obras, CERSUL, CASAN, Secretaria de Saúde, Defesa Civil
	Reconstrução	Coordenar os Projetos de reconstrução a serem desenvolvidos pelos diversos órgãos da administração, de acordo com suas competências; • Nomear uma comissão especial composta por representantes das secretarias municipais	Prefeito Municipal

Etapa	Fase	Ações do setor de Saúde	Responsabilidade
		de obras, engenharia, defesa civil e assessoria jurídica, visando o levantamento dos danos causados às instalações onde funcionarão os abrigos e nos equipamentos requisitados; • Estabelecer uma comissão responsável pela reconstrução determinando um coordenador geral o nomeando através de uma portaria.	

Ações a serem desenvolvidas na Gestão do Risco Enchentes e inundações conforme PPR-ESP

Gestão	Risco	Ações do setor de Saúde
Água Potável e Segura	Desabastecimento de água potável	- A água fornecida pela rede geral de abastecimento urbano e / ou rural no município (CASAN – Companhia Catarinense de Aguas e Saneamento) será a melhor forma de prover água aos abrigos temporários por ser uma água tratada e em quantidade adequada, quando fornecida regularmente. - Deverá ser feito um planejamento preliminar, por equipe técnica de Engenharia Ambiental e Defesa Civil, localizando as possíveis fontes de alimentação, utilizando cartas e /ou fotografias aéreas da região quando possível e por reconhecimento terrestre - Aproveitar uma rede de abastecimento de água potável ou poços já existentes.

		-Uma segunda opção pode ser o abastecimento por viaturas (carros-pipa), através de recursos próprios da Prefeitura Municipal. - Nos casos em que o fornecimento normal de água não ocorre ou ocorre insatisfatoriamente pode ser necessária a mobilização de viaturas do Corpo de Bombeiros
	Falta de Tratamento da água	-Em caso de não fornecimento de água tratada pela rede de abastecimento, e seja necessário manter o padrão de potabilidade da água contida nos reservatórios das residências, será necessário realizar o processo de desinfecção da água fornecida, utilizando hipoclorito de cálcio (superior a 65% de Cl₂); ou cloreto de cal (cerca de 30% de Cl₂); ou hipoclorito de sódio (cerca de 10% a 15% de Cl₂); e ou água sanitária (cerca de 2% a 2,5% de Cl₂) obs: para cada 1L de água são adicionados 50mg de cloro. -A vigilância Sanitária se encarregará de instruir e fornecer o material para desinfecção da água fornecida. Caso o estoque de Cloro não seja o suficiente para o período de emergência, a Regional de Saúde e ou Divisão Regional de Vigilância Sanitária deverá ser acionada para suporte.
Saneamento Básico em Situações de Emergência	Ausência de Saneamento Básico nos abrigos	Em um abrigo temporário, o desenvolvimento de atividades de saneamento básico tem como objetivo principal a prevenção e o controle de doenças com consequente manutenção da saúde da população desabrigada. -despejos sanitários, provenientes de banhos, limpeza de cozinha e dejetos humanos, devem ser afastados imediatamente

		-utilizar privadas, evitando a contaminação da superfície do solo; evitar o banho em córregos e lagos; -lavar frutas e verduras em água potável; desinfetar a água para consumo humano; -proteger mananciais e fontes de água destinadas ao consumo humano; -proteger os alimentos e eliminar focos de proliferação de vetores; -lavar as mãos, após o uso da privada e troca de fraldas das crianças, antes de lidar com alimentos e antes das refeições. -utilização de sanitários químicos quando necessário, fornecidos por empresa Terceirizada, a pedido da Defesa Civil, com o suporte financeiro da Prefeitura Municipal.
	Acúmulo de Lixo no abrigo temporário	-segregação do lixo em sacos plásticos apropriados e afastado dos desabrigados, cozinha, dormitórios e áreas de circulação de pessoas. -o estoque do lixo para posterior coleta pela companhia de limpeza urbana da prefeitura, deverá ser mantido limpo para impedir a propagação de vetores
Biossegurança	Riscos ocupacionais relacionados à assistência dos desabrigados	-Cuidado com os prestadores de serviço no interior do abrigo referente ao contato com sangue, saliva e secreções dos assistidos pelo abrigo. -Em caso do prestador de serviço entrar em contato direto com material biológico, o responsável pelo Setor de Epidemiologia deve ser acionado para a realização da conduta, monitoramento e controle da situação. -A primeira conduta deverá ser a higiene da área exposta. Caso o acidente ocorra na pele, lavar abundantemente com água e sabão, ou solução antisséptica degermante. Se a área exposta for mucosa, proceder

		lavagem exaustiva da região, com solução fisiológica - O Ministério da Saúde elaborou protocolos para conduta em acidentes ocupacionais com materiais biológicos, que deverão ser consultadas pelo responsável do Setor de Epidemiologia para cada caso.
	Cuidados com Cadáveres	- O IML – Instituto Médico Legal, incumbido desta responsabilidade pelo município, realiza a remoção dos corpos para o necrotério municipal. Lá permanecem, até que sejam identificados e então sepultados. - Caso ocorra algum óbito dentro do abrigo temporário, o IML – Instituto Médico Legal será a cionado para atestar o óbito, registrar a ocorrência e remover o corpo.
Segurança Alimentar	Nutrição	- garantir o acesso dos desabrigados aos alimentos para a manutenção de seu estado nutricional adequado, constitui-se em um dos fundamentos dos direitos humanos, assegurando a vida, a dignidade, e um mínimo de conforto em situações extremas -Realizar a utilização da estrutura da Cozinha Industrial do Município de Turvo para a preparação de todas as refeições dos desabrigados. - O Nutricionista, Responsável técnico, ficará incumbido de organizar a equipe em número de pessoas, para atendimento das refeições, durante todo o período de estadia dos desabrigados, no abrigo temporário. - A organização da logística de entrega das refeições após o preparo, ficará também sobre responsabilidade do nutricionista, juntamente com o responsável pela Assistência Social do Município. - Caso sejam doados alimentos, estes devem ser direcionados para a Cozinha Industrial do município, de forma a serem segregados internamente pela equipe, conforme a natureza de cada um, sobre

		refrigeração ou não, para que assim possam ser manejados e aproveitados da melhor forma possível.
Recepção, Triagem e Rotina do Abrigo	Recepção	- constitui a primeira atividade a ser desenvolvida no abrigo e deve ser priorizada - realizar o cadastro, o acautelamento dos bens e a disposição das famílias e dos animais na estrutura do abrigo - responsabilidade de execução pela Defesa Civil - O cadastro deve ser realizado, preferencialmente, num único momento, quando possível . - De maneira organizada, os desabrigados devem ser identificados através do registro de alguns dados (nome, idade, sexo, entre outros) em uma lista de cadastro - Delimitar um local para o cadastro, e que este seja a única via de entrada e saída de pessoal permitida aos desabrigados. Faz-se necessário, então, que se tenha uma pessoa responsável pelo controle de entrada e saída de pessoal de modo permanente, para a população que realmente necessita.
	Triagem de Saúde	A triagem consiste numa entrevista específica realizada pelos profissionais de saúde (disponibilizados pelo município) com o objetivo de identificar possíveis agravos de saúde na população desabrigada e, caso seja necessário, referenciá-los à unidade de saúde mais apropriada. Há necessidade de se destinar um local reservado e com infraestrutura básica para a realização desta atividade.

		Na triagem de saúde, deve-se priorizar os casos que necessitem de remoção de emergência como por exemplo, gestantes em trabalho de parto, pacientes com lesões e doenças graves, além de identificar e iniciar o tratamento e a vigilância dos casos relacionados a doenças potencialmente transmissíveis. Uma vez atendidas as prioridades, o médico e/ ou o enfermeiro poderá traçar a conduta mais adequada para o atendimento aos desabrigados portadores de doenças crônicas não transmissíveis (diabetes mellitus, hipertensão arterial, renal crônico, portadores de câncer, entre outros) durante a sua estada no abrigo.
	Rotina	- O abrigo deve funcionar seguindo uma rotina preestabelecida por sua administração. Levando em conta o contexto sócio-cultural que a comunidade afetada está inserida, nem tudo poderá ser modificado, pois as pessoas terão necessidade de seguir suas atividades, como trabalhar, brincar, ir para a escola, entre outras. -Rotinas: Alvorada: 07:00 Café da Manhã: 07:30 Almoço: 12:00 Janta: 18:00 Abertura/Fechamento do Abrigo: 06:00 – 23:00
Necessidades Imediatas dos Desabrigados	Almoxarifado/ Estoque	- numa situação de desastre, as pessoas desabrigadas não dispõem de nenhum recurso para a satisfação de suas necessidades imediatas, é imprescindível a disposição de materiais que possam garantir condições para a permanência dos mesmos no abrigo.

		- confecção de kits básicos e entrega dos materiais, deve-se levar em conta o número de pessoas desabrigadas, a necessidade da família, bem como as especificidades de cada grupo, como crianças, mulheres, homens, idosos, entre outros. Os kits familiares devem conter: 01 escova de dente por pessoa (adulto e criança); 01 pasta de dente; 01 sabonete; 01 sabão para lavar roupa; 01 rolo de papel higiênico; 01 colchonete por pessoa (adulto e criança); 01 lençol por pessoa (adulto e criança); 01 cobertor por pessoa (adulto e criança); 01 toalha por pessoa (adulto e criança). - Os materiais do kit com pouca ou média durabilidade (sabonete, sabão, pasta de dente, papel higiênico) devem ser repostos conforme a necessidade.
Circulação das Informações no Abrigo	Falta de informação	-A falta de informação, e a incerteza, muitas vezes existentes nos abrigos, causam desorientação e rumores, podendo aumentar a ansiedade e promover condutas desordenadas, favorecendo lideranças negativas e atuações violentas - É importante que os desabrigados sejam informados sobre as ações que estão sendo realizadas e que as pessoas responsáveis por repassar as informações sejam agentes capacitados, tais como os Agentes Psicossociais.
Cuidados em Saúde	Medicina no Abrigo	-Devido ao colapso da infra-estrutura sanitária básica, afetando a distribuição de água, alimentos e a rede de esgoto, as doenças infecto-infecciosas e respiratórias agudas são as principais causas de

		adoecimento e morte em situações de abrigos temporários. - prestação de cuidados médicos a uma população afetada por uma situação de desastre é atuar na prevenção dos agravos à saúde e minimizar o adoecimento e mortalidade decorrentes. Para isso, é indispensável identificar prioridades mediante uma avaliação rápida e promover intervenções tecnicamente corretas, além de atividades de controle e vigilância contínuas sobre casos de doença. -O medico responsável pelos atendimentos deve realizar o planejamento, execução e o controle dos cuidados com a saúde dos desabrigados, coordenados de forma integrada entre as organizações participantes, incluindo os serviços de áreas chaves como a rede municipal de saúde e autoridades sanitárias locais. . Caso os recursos da Secretaria Municipal de Saúde local sejam superados pela gravidade da situação, poderá ser solicitado apoio a outros municípios ou às esferas Estadual e Federal. -O médico responsável deve se atentar para as doenças infecto-contagiosas e diarreicas agudas em populações desabrigadas. -avaliar e monitorar o perfil epidemiológico das doenças prevalentes ou incidentes na região, com o objetivo de detectar precocemente surtos; confirmar a existência de surto e agente causador; resposta imediata com tratamento e implementação de medidas de controle, e avaliação da eficácia.
--	--	--

Vigilância Epidemiológica	Dengue	-O responsável pela Vigilância Epidemiológica deve acompanhar o possível surgimento de sintomas em indivíduos enquanto abrigados temporariamente.
---------------------------	--------	---

6.2. Atuação de gestão do risco na ocorrência de Inundações e Enxurradas de acordo com a vulnerabilidade identificada e histórico de desastres

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitorar os eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil).	Defesa Civil – Gustavo Simon Vigidesastres Municipal – Leandro de Souza Ávila Vigilância Ambiental – Gustavo Simon
	-Notificação eletrônica ou telefônica Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Ponto focal do VIGIDESASTRES: Fiscal Sanitário Municipal: Leandro de Souza Ávila

Mitigação	• Manter-se informado sobre a situação e sua possível evolução; • Distribuir efetivos equipamentos conforme demanda da situação; • Fazer os devidos encaminhamentos, quando necessário, das vítimas que necessitem de atendimento especializado fora do município. • Dentro de sua competência, manter atualizado os dados da demanda e confeccionar o relatório final de suas atividades. Considerando o agravamento da dengue após a ocorrência de chuvas intensas e seus desdobramentos (inundações e enxurradas), aumentar as inspeções sanitárias para o controle ambiental do Aedes aegypti Considerando o surgimento de eventos de origem hidrológica, efetuar o aumento do plano de amostragem de água, conforme a Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, que cita: "Em situações de emergências em saúde pública (desastres ambientais, surtos ou epidemias, acidentes com produtos perigosos, entre outros), o monitoramento da qualidade da água pode ser ampliado de forma emergencial, e novos parâmetros ou agentes específicos, mesmo que não componham o padrão de potabilidade vigente, podem ser analisados com vistas a identificar sua presença na água". À depender do evento e dos desdobramentos ocasionados, pode-se solicitar o kit de medicamentos e insumos estratégicos ao Vigidesastres/SC, pois assim será encaminhado o pedido ao Ministério da Saúde para avaliação.	Defesa civil Secretaria de Saude Corpo de Bombeiros Defesa Civil, Ponto focal Vigidesastres Municipal Vigilância Sanitária Municipal – Agente de Endemias Vigilância Sanitária Vigilância Sanitária e Assistência Farmacêutica
-------------------------	--	---

Preparação	Todas as áreas que são necessárias na resposta a uma emergência em saúde pública por inundação e ou enxurradas devem se envolver no processo de planejamento e preparação da Secretaria de Saúde para desenvolver suas ações de forma oportuna, caso um desastre ocorra	
	Estruturar o Programa de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres – Vigidesastres	Secretaria de Saúde
	Promover capacitações, treinamentos e simulados para a atuação do setor Saúde em inundações	Defesa Civil, Vigilância Sanitária Municipal
	Elaborar e divulgar material de orientação e educação em saúde.	Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica
	Estabelecer e desenvolver ações de promoção e educação em saúde com foco em inundações	Secretaria de Saúde, Vigilância Sanitária Municipal e Defesa Civil
	Elaborar informe para divulgação das informações aos meios de comunicação, à comunidade e às instituições parceiras.	Secretaria de Saúde
	Acompanhar e divulgar os alertas da Defesa Civil e outros órgãos	Vigilância Sanitária Municipal (Vigidesastres) e Defesa Civil

6.3 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	-Acionamento de recurso --Mobilização e acionamento dos recursos -Instalação do sistema de comando -Identificação dos risco - Dimensionamento do evento e da necessidade de recursos -Organização da área afetada	-Será devidamente acionado pelo Prefeito Municipal, o qual determinará/solicitará que os órgãos a serem envolvidos acionem os seus recursos de material e pessoal conforme a proporção do evento e ainda dentro de seus protocolos de funcionamento. -A mobilização e Deslocamento dos recursos se darão tão somente quando houver uma solicitação expressa que determinará ao responsável pelo recurso que o disponibilize e o desloque até o local do evento. -O comando será feito pelo Prefeito Municipal em contato direto com a Coordenação Regional e Municipal de Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Civil, Vigilância em saúde, dispondo de todos os recursos necessários; telefone fixo e móvel, computadores com internet, veículos para deslocamento, além de recursos humanos das diversas secretarias municipais que serão acionados conforme a necessidade. -Os riscos identificados em nosso município são principalmente de inundações e enchentes, as áreas estão devidamente identificadas em mapeamento de risco. -Todo e qualquer recurso que se faça necessário para o atendimento da demanda, só poderá ser efetivado com ordem/conhecimento do Prefeito Municipal, e o conhecimento do

		responsável pelo recurso a ser disponibilizado. -Caberá ao Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil a organização da cena, para: • Posto de Comando; • Área de espera: Prefeitura; • Áreas de evacuação: As descritas no Mapeamento das Zonas de Risco; • Rotas de fuga: saída Bairro São Cristóvão BR 101 sentido ou ponte que liga o bairro ao centro da cidade. Saída do município BR 101 sentido sul; • Abrigos: Ginásio de Esportes Abelli Bezatti , escola Estadual João Colodel, e Escola Municipal Laurita Bristot Manfredini.
--	--	---

6.4 Recuperação

Recuperação	Ações de Socorro	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Salvamento	Corpo de Bombeiros
	Viatura, Botes; Helicóptero.	Policia Militar e Civil
	Atendimento pré-hospitalar; SAMU; Ambulância.	Secretaria de Saúde
	Equipes de PSFs.	Secretaria de Saúde

7. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

7.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (**Anexo II**) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL, ESPIE, ESPIN e ESPII).

7.2 Sala de situação

Instalação do sistema de comando

Na ocorrência de um evento, será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde. Os representantes, (**conforme quadro 00**) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência a saúde.

O comando será feito pelo Prefeito Municipal e ou Secretária de Saúde, na sede da Prefeitura, em contato direto com a Coordenação Municipal de Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Civil, dispondo de todos os recursos necessários; telefone fixo e móvel, computadores com internet, veículos para deslocamento, além de recursos humanos das diversas secretarias municipais que serão acionados conforme a necessidade.

00. Lista de representantes da SMS. (de acordo com Lei Complementar 400/2022)

Chefias da Secretaria Municipal de Saúde	Responsável	Telefone
Secretário(a) Executivo da Saúde	Renata Pacheco Ribeiro	48-999187360
Assistência Farmacêutica	Taise Lazzarin Daros	48-35257100
Chefe de Serviço de Transporte de Pacientes - SAMU	Monique Mota	48-988280700
Diretor de Departamento de Atenção Básica de Saúde	Yasmin Miranda	48-999932204
Chefe do Serviço de Enfermagem	Yasmin Miranda	48-999932204
Departamento de Vigilância Sanitária	Leandro de S. Avila; Leila Fascin	51-991691419

8. Informações à população

O alerta será determinado pela Coordenadoria Municipal de proteção e Defesa Civil e atualizado de acordo com as informações atualizadas do sistema de monitoramento e a evolução do desastre e será divulgado através dos veículos de comunicação: www.turvo.sc.gov.br , rádios locais, telefones e quando possível avisado in loco, através da Prefeitura Municipal, Polícia, Bombeiros e Secretaria de Obras. O alarme de desastre iminente, o Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, acionará o dispositivo de resposta imediata, evoluindo para uma situação de início na ordenação das operações, onde as equipes poderão de imediato se deslocarem para as áreas de risco e iniciar o procedimento de evacuação.

9.0 Capacitações

As equipes serão treinadas pela Defesa Civil do Município e ou Estadual sempre que o Plano de Contingência Municipal for implantado ou atualizado, sendo que a equipe do PPR-ESP estará incluída e também participará de todas as chamadas para treinamentos com as equipes Estaduais.

Serão disponibilizados através da secretaria de saúde recursos para que as equipes venham a participar de cursos e capacitações voltadas a desastres em emergência e saúde. A lista de servidores a serem capacitados deverá priorizar servidores efetivos da área da saúde. A lista de profissionais capacitados obrigará a conter todas as capacitações adquiridas. Fica a encargo do coordenador de cada equipe a responsabilidade pela lista de servidores, e o dever de promover a capacitação dos mesmos.

10. Anexos

Anexo I

RELAÇÃO NÚMEROS DE EMERGÊNCIA

01. Coordenadoria Municipal de Defesa Civil Municipal

Coordenador Municipal: Gustavo Simon

Contato: 48-996172046

02. Coordenadoria de Defesa Civil Regional

Coordenador: 2º Sgt BM Rodrigo Bonaldo Rafael

Contato: 48-35290295

03. Polícia Militar

Comandante: Maj. André Ferreira de Araújo

Telefone Emergência: 190

04. Corpo de Bombeiros de Turvo

Comandante: Sag. Rafael Zilli Borges

Telefone Emergência: 193

05. Polícia Civil

Delegado Regional: Lucas Rosa

Contato: 48-35250173

06. Conselho Tutelar

Responsável: Pedro Henrique Rovaris

Contato:48-9981446

Lista de equipamentos e máquinas

(Listar os equipamentos e máquinas para manutenção e obras)

Equipamento/ Máquina	Quantidade	Localização
Retroescavadeira	03	Setor de Obras – Garagem da Prefeitura
Trator	03	Setor de Obras – Garagem da Prefeitura
Caminhão	05	Setor de Obras – Garagem da Prefeitura

Anexo II

Contatos interinstitucionais

(Listar contatos para integração interinstitucional no gerenciamento do risco de desastres)

Instituições	Nome	Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)
Prefeito	Sandro Cirimbelli	48-35258100
Vice Prefeito	Osvaldo Fávaro	48-35258100
Defesa Civil	Gustavo Simon	48-996172046
Secretário Municipal de Administração e Finanças	José Tadeu Arceno	48-35258100
Secretária de Saúde	Renata Pacheco Ribeiro	48-999187360
Secretária de Assistência Social e Habitação	Elenita Scarabelot Pazini	48-991081144
Secretário de Obras, Viação e Serviços Públicos	Adair Constante	48-35258100
Comando do Batalhão da Polícia Militar de Turvo	Maj. André Ferreira de Araujo	48-35290150 48-35290151
Diretor do Departamento de Compras	Cinthia Saviatto Tonetto	48-35258100

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento- CASAN	Patricia Manfredini	0800 6430195
Corpo de Bombeiros Militar de Turvo	Sar. Rafael Zilli Borges.	48-35290338
Delegacia de Polícia Civil	Delegado Lucas Rosa	48-35250173

Anexo III
RELAÇÃO DE ABRIGOS

01. Ginásio de Esportes Abelli Bezbatti

Endereço: Nereu Ramos

Responsável: Prefeitura Municipal de Turvo

Contato: 48-35258100

02. Escola Municipal Laurita Bristot Manfredini

Endereço: Estrada Geral Linha Contessi – S/N

Responsável: Secretaria de Educação

Contato: 48-35253248

03. Escola Estadual João Colodel

Endereço: R. Antônio Donato Casteller, 141

Responsável:

Contato: 48-35290148

11. REFERÊNCIAS

SGB-SERVIÇOS GEOLÓGICOS DO BRASIL - CPRM

https://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/22711/3/Diagnostico_Ararangua_SC.pdf

Norma ABNT NBR 6023

https://docs.google.com/file/d/1qDRhi4gZN_cTklo1OgjCcZzGD0Jj2HfP/view

[Guia de Preparação e Respostas do Setor Saúde aos Desastres](#)

[http://www.ensp.fiocruz.br/portal-](http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/adbd1fb1bd20e237ab67233e3f0a4cfe67a267c.PDF)

[ensp/informe/site/arquivos/anexos/adbd1fb1bd20e237ab67233e3f0a4cfe67a267c.PDF](http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/adbd1fb1bd20e237ab67233e3f0a4cfe67a267c.PDF)

COBRADE: <http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/formularios/COBRADE.pdf>

Link: [http://www.ensp.fiocruz.br/portal-](http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/adbd1fb1bd20e237ab67233e3f0a4cfe67a267c.PDF)

[ensp/informe/site/arquivos/anexos/adbd1fb1bd20e237ab67233e3f0a4cfe67a267c.PDF](http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/adbd1fb1bd20e237ab67233e3f0a4cfe67a267c.PDF)

Instituto Nacional de Meteorologia - INMET Link: <https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos>

Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC Link:

REGULAMENTO SANITÁRIO INTERNACIONAL: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/regulamento-sanitario-internacional/arquivos/7181json-file-1>

PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico e do PGIRS - Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos <http://www.samaeararangua.com.br/plano-municipal>

Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres: <https://s2id.mi.gov.br/paginas/index.xhtml#>

(Norma ABNT NBR 6023 -

https://docs.google.com/file/d/1qDRhi4gZN_cTklo1OgjCcZzGD0Jj2HfP/view)